Abertura econômica depende de acordo

O Governo está apostando na abertura do capital externo para atrair investimentos estrangeiros e iniciar a retomada do crescimento da economia. O projeto da modernização da economia, que faz parte do Emendão, está na dependência de um acordo entre as lideranças, mas é bem provável que deva ser apreciado ainda neste semestre, de acordo com o presidente e o relator da matéria na Comissão Especial, deputados Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) e Ney Lopes (PFL-RN). Eles entendem que dos cinco temas a serem analisados apenas dois têm consenso: o novo conceito de empresa nacional e a autonomia das universidades.

Polêmicas serão as propostas de quebras dos monopólios do petróleo e telecomunicações, assim como a abertura do capital estrangeiro à exploração mineral. O presidente da Comissão, Maurílio Ferreira Lima, já afirmou que preten-

de repartir as decisões com as grandes lideranças políticas do País. Para o relator da comissão, Ney Lopes, a influência dos políticos, especialmente dos governadores, é ponto fundamental para o entendimento. Neste aspecto, Lopes salienta a posição do presidente do PMDB, Orestes Quércia, para compor com o maior partido do Congresso: "O PMDB tem demonstrado muita lucidez na análise destes temas", justifica o parlamentar, citando o apoio do partido às propostas de privatizações do Governo.

Consenso

Já a explicação de Maurílio para o consenso na proposta da abertura da empresa nacional é a própria Constituição. "Naquela época, alteramos o conceito de empresa nacional, protegendo-a contra as multinacionais do Primeiro Mundo. Agora estamos tendo dificuldades com o Terceiro Mundo".

De acordo com o parlamentar, para honrar o acordo feito com o Mercosul, será necessário aceitar a fusão estrangeira, pois as empresas do Mercado Comum dos Países do Sul são binacionais, ou seja, a maioria de capital internacional e passariam a ser discriminadas constitucionalmente.

A autonomia das universidades brasileiras, também garantida pela Constituição, é outra proposta que deverá ser aprovada mais facilmente, devido aos exemplos positivos existentes na fase atual, segundo Maurílio. Ele cita a situação das universidades paulistas que adquiriram autonomia, "tal como prevê o Emendão, e lá está dando tudo certo". O único problema, na opinião do deputado, é que o Brasil não é São Paulo e com isto aumentam as dificuldades de recursos a nível de União.

Polêmica

A parte mais polêmica da pro-

posta de modernização da economia é o monopólio da Petrobrás. "Isto porque os partidos de oposição encarnam o nacionalismo da década de 50", condena Lopes. "É complicadíssima porque tem gente que acha que a Petrobrás é como a virgindade de uma donzela da Idade Média", complementa Maurílio.

No entanto, para o vice-líder peemedebista, a consciência nacionalista não deverá ser tão ferida na parte referente à quebra do monopólio do setor de telecomunicações. O motivo principal é a desinformação do brasileiro. "Se a gente for consultar a opinião pública, ela dirá que esse processo deve terminar amanhã mesmo". Ele explica que a população reduz somente ao telefone o sistema de telecomunicações. "Como muitos compraram uma linha e até hoje não tiveram instalados seus aparelhos, culpam o monopólio". (S.B.)